



Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Mensal

(IGTN)

Vol. 6 nº 2

maio de 2006

Expectativas quanto aos prazos da OMC

www.IGTN.org

APRESENTAÇÃO DO NOVO SECRETARIADO

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

- Continuam as Negociações do Comércio na OMC: Principais Questões e Reflexões – Maria Rosaria, IGTN Genebra
- Fracassam entendimentos para o ALC EUA-SACU: Das ruínas surge um TICA – USGTN
- A Agenda Americana para o Comércio Está se Descosturando? – Kathy McNeely, Serviço Mundial das Igrejas, EUA

A IGTN EM AÇÃO

- Quarta Cúpula de Chefes de Estado da AL&C e EUA e o Fórum Social: Conectando Alternativas 2 – IGTN
- Outro Mundo é Possível – Maria Riley, USGTN
- Comentários acerca do Fórum Ecumênico das Mulheres sobre o Comércio que Promove a Vida – Liepollo Lebohang Pheko – GENTA

RECURSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO

- Responsabilidade da UE na OMC: Meio Ambiente, Gênero e Desenvolvimento – WIDE e Amigos da Terra
- Perdas de Empregos Devidas ao Comércio: Uma Análise de Gênero – Ramya M. Vijava, Richard Stockton College e USGTN
- Gênero e Comércio nos Estados Unidos: Montando uma Agenda de Pesquisa - Smriti Rao, Bates College e USGTN
- Identificando uma Visão Alternativa para a Integração Regional nas Américas – Alexandra Spieldoch, USGTN

APRESENTAÇÃO DO NOVO SECRETARIADO E DO PESSOAL DE GENEBRA

Fabiana Comparato – Secretariado da IGTN

Conforme foi mencionado no boletim anterior, a IGTN tem andado ocupada com a transição do Secretariado, que sai do Center of Concern (COC) nos Estados Unidos e vai para o Instituto EQUÍT no Rio de Janeiro, Brasil, sob a Coordenação Global da Graciela Rodriguez. Eis a razão pela qual o número deste mês saiu atrasado. Ainda bem que já conseguimos retomar o prumo e o processo de transição finalmente está se estabilizando, muito por conta da colaboração incessante de Maria Riley, Alexandra Spieldoch e Kristin Sampson do COC – a quem gostaríamos de agradecer de todo o coração.

Juntamente com essa transição, a contratação de novo pessoal também se concretizou. Temos o prazer de apresentar Maria Rosaria Iorio como representante da IGTN em Genebra, responsável por monitorar desdobramentos e debates da OMC no Conselho Geral e noutros órgãos pertinentes.

Além disso, damos as boas-vindas às novas integrantes do Secretariado no Rio de Janeiro: Ruth Espínola de Mello, economista com vasta experiência em redes e movimentos sociais no Brasil, que se junta a nós como Coordenadora Global de Projetos da IGTN, e Fabiana Comparato (esta redatora), com formação em Estudos para o Desenvolvimento e mestrado em Educação, ficando responsável pela Comunicação.

Estamos bastante entusiasmadas para dar continuidade ao trabalho da IGTN e fortalecer a nova estrutura do Secretariado, buscando aprofundar as colaborações em nossa Rede.

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

Continuam as Negociações do Comércio na OMC: Principais Questões e Reflexões

Maria Rosaria Iorio, IGTN Genebra – maio de 2006

O Status e o Processo das Negociações do Comércio na OMC

A Agenda de Doha para o Desenvolvimento (ADD) foi lançada durante a Reunião Ministerial da OMC em Doha, Qatar, no ano de 2001. A palavra *Desenvolvimento* surgiu quando países industrializados reconheceram que uma providência precisaria ser tomada para corrigir alguns desequilíbrios no sistema de comércio internacional.

Os 150 Membros da OMC determinaram o final de abril de 2006 como prazo possível para concluir as negociações. Mas a data já foi adiada, pois os Membros não chegaram a um acordo quanto às modalidades da agricultura ou ao NAMA. O prazo então passou para o fim de julho deste ano.

Entretanto, como consequência da militância das ONGs, foram dados dois importantes passos nas negociações. Primeiro, os Membros resolveram desvincular fluxos comerciais e ajudas internacionais envolvendo remessas de provisões emergenciais para poderem acolher essa questão fora do âmbito das negociações da OMC. Segundo, serão elaboradas disciplinas específicas na área dos subsídios à pesca.

As questões fundamentais seguem no seio das negociações que continuam em andamento quanto a: (i) subsídios agrícolas; (ii) tarifas sobre os produtos agrícolas; (iii) tarifas sobre os produtos industriais. Essas três questões correspondem a três blocos de países: UE, EUA e o G-20, particularmente o Brasil, a Índia e a China. Espera-se que a UE ataque a questão das tarifas agrícolas e que os Estados Unidos tomem providências para reduzir os subsídios agrícolas; e pede-se ainda que os países do G-20, dos quais Brasil, Índia e China são integrantes fundamentais, reduzam as tarifas industriais¹.

1

Seria conveniente fazer estudos sobre setores de importância vital para o emprego das mulheres de forma a levantar evidências do impacto causado pelos cortes tarifários em setores industriais de interesse estratégico para os países em desenvolvimento. A questão de equilibrar os ganhos em termos de desenvolvimento agrícola oriundos dos cortes tarifários e a redução dos subsídios agrícolas nos países industrializados, com potenciais perdas de receita surgidas a partir dos cortes nas tarifas industriais, continua sendo um

O êxito ou fracasso geral do pacote de negociações depende do desbloqueio das negociações em torno das modalidades agrícolas, que são apenas uma parte de todo o conjunto de questões que ainda aguardam um consenso. Entrementes, alguns países em desenvolvimento já solicitaram simulações informais de aplicação da fórmula suíça para determinarem as linhas tarifárias específicas que irão querer para se protegerem contra a redução.

Na agricultura, tem havido discussões substanciais sobre a concorrência na exportação, sobre a *blue box* e a *green box*, sobre os mecanismos especiais de salvaguarda ou os produtos tropicais. Os Membros vão continuar trabalhando em cima de produtos especiais e sensíveis, e nos relacionamentos entre cortes tarifários e nos níveis de acesso cada vez maior aos mercados.

Persistem ainda duas outras áreas de divergência entre os Membros com relação à identificação do(s) órgão(s) responsável(is) pelo mecanismo de transparência nos acordos regionais de comércio (ou RTAs, na sigla em inglês), e com relação à abrangência de tal mecanismo.

Resultou do impasse de abril que o processo para se chegar a um acordo agora será *contínuo, baseado em Genebra e focado em textos*. Por ora, vai envolver acima de tudo embaixadores e autoridades mais graduadas que ali se encontrem sediadas. O processo consensual continuará sendo caracterizado por negociações conduzidas na sala verde e reuniões informais. Surgem também duas perspectivas importantes no ritmo das negociações. Alguns países enfatizam que os Membros devem ir mais devagar, enquanto outros elogiam as providências tomadas com determinação para se concluir logo a rodada.

Reflexões

Chama a atenção o fato de que os negociadores em Genebra se resolveram por uma abordagem de três tamanhos, concentrando-se assim nas tarifas e subsídios agrícolas e nas tarifas industriais, pois esses tópicos também delineiam o perfil das negociações entre três dos principais atores políticos, a saber: EUA, UE e G-20. Essa interligação de questões e grupos de países é o espelho de uma nova *dinâmica do poder internacional*. Resta saber se essa evolução representa um passo no sentido de um regime² de

dilema a ser resolvido pelos países em desenvolvimento, particularmente diante das preocupações domésticas quanto à maneira como os governos dos países em desenvolvimento pretendem lidar com o aumento da competição entre as indústrias domésticas e os concorrentes estrangeiros nos seus mercados domésticos sem empobrecer ainda mais as suas sociedades.

2

As regras e procedimentos da OMC estabeleceram um regime de comércio internacional que teoricamente deveria

comércio internacional mais equilibrado e equitativo.

E por fim, a *ajuda para o comércio*³ continua sendo um elemento central do debate sobre o relacionamento entre a liberalização do comércio perpetrada pela OMC e o desenvolvimento econômico dos países pobres. Embora ainda esteja em processo de formulação, a *ajuda para o comércio* enfrenta uma contradição intrínseca com relação a financiamentos. A questão é se os países desenvolvidos que são Membros da OMC estarão dispostos, e até que ponto, a financiar assistência técnica estratégica relacionada ao comércio para os países em desenvolvimento.

Antes de concluir, deixemos algumas palavrinhas sobre o processo de negociações do comércio na OMC. Sem esquecer o arcabouço institucional e os procedimentos daquela organização, será importante monitorar o processo decisório na OMC durante esses próximos meses cruciais para assegurar que ele seja o mais inclusivo possível e que os países em desenvolvimento sejam convidados às reuniões na sala verde sempre que forem discutir questões do seu interesse estratégico.

Fracassam Entendimentos para o ALC EUA-SACU: Das Ruínas Surge um TICA USGTN, maio de 2006

Tiveram início em junho de 2003 as negociações para criar uma área de livre comércio entre os Estados Unidos e a União Aduaneira do Sul da África (Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia). As conversas fluíram intermitentemente durante quase dois anos e meio, sem mostrar propensão alguma para um acordo onde os países sul-africanos tinham suas reservas para entrar num acordo abrangente de comércio com os EUA e este país se recusava a considerar uma alternativa mais retraída. Os Estados Unidos tentaram reanimar as negociações já bastante esmorecidas no início de 2006 mas seus esforços se esvaneceram no dia 18 de abril quando os negociadores anunciaram que interromperiam a busca por um acordo de livre comércio para deixar o diálogo aberto à formação de um Acordo sobre Comércio e Investimento (TICA). Seria uma iniciativa nova para permitir que as partes elaborassem programas de trabalho em áreas que pudessem levar a memorandos de entendimento sobre investimento e propriedade intelectual, questões inclusas num acordo de livre comércio abrangente.

permitir que seus Membros reduzissem a instabilidade e imprevisibilidade no comércio internacional.

³ This point is mentioned in the reflections as the task force on *aid for trade* in the WTO is still working on its content, which will depend on the conclusions of the negotiations.

Um esforço transatlântico da sociedade civil para derrotar o ALC EUA-SACU surgiu com o Grupo de Trabalho baseado nos Estados Unidos para o ALC EUA-SACU e o Grupo da África do Sul para Estratégia do Comércio assumindo a liderança na tomada de posições compartilhadas para incidência. Ambos esses grupos são compostos por ONGs voltadas para as políticas públicas, sindicatos de classe, redes baseadas na fé, grupos de solidariedade para a África e organizações ambientalistas e de mulheres.

A declaração dos membros do Grupo de Trabalho para o ALC EUA-SACU intitulada "Equitable Trade and Southern Africa: A Cookie Cutter Approach Will Cost Lives and Livelihoods" (*Comércio Equitativo e o Sul da África: A Mesmice na Abordagem Vai Custar Vidas e o Sustento de Muita Gente*) assinada por 27 dos integrantes se encontra em:

<http://www.afsc.org/trade-matters/trade-agreements/US-SACU-Statement.htm>.

A carta aberta do Grupo para Estratégia do Comércio se encontra em:

<http://www.afsc.org/trade-matters/trade-agreements/documents/TSG-openltr-SACU-US-FTA.pdf>.

A Agenda Americana para o Comércio Está se Descosturando?

Kathy McNeely – Serviço Mundial das Igrejas, maio de 2006.

Norte-americanos que militam em prol da justiça no comércio apelidaram a semana de 16 de abril de semana da ação. Ao fim do período, graças a eventos chave que revelaram uma esgarçada agenda do governo Bush para o livre comércio, ativistas em campanha por um sistema de comércio global mais justo comemoraram uma vitória.

Em termos globais, os Estados Unidos vêm ostentando um modelo de livre comércio que se diz capaz de catalisar o desenvolvimento e tirar os países da pobreza. Uma análise mais esmiuçada de certos acordos de livre comércio revela o ridículo dessa alegação. De maneira semelhante ao clímax do conto de Hans Christian Andersen "A Roupa Nova do Rei", na semana passada os países que compõem a União Aduaneira do Sul da África (Botsuana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia) se recusaram a desfilar no bloco norte-americano do livre comércio, citando falhas no enredo, e a se encaixar no padrão inarredável que aquele país oferece.

Já que as negociações do livre comércio se encontram em sigilo absoluto, o conteúdo exato e os pontos de disputa em torno do acordo EUA-SACU ainda não são conhecidos. O que se sabe é

que desde junho de 2003 as conversas vêm sendo retomadas e largadas sem sequer se aproximarem da agressiva agenda que estabelece sua conclusão para antes que se encerre a autoridade da via rápida (*fast track*) do presidente Bush em julho de 2007. Entende-se também as medidas envolvendo os direitos da propriedade intelectual incluídas noutros acordos de livre comércio dos EUA com a região centro-americana (CAFTA) e com o Peru foram contenciosas para os países da SACU.

Segundo a UNAIDS, a África do Sul é o epicentro da pandemia global de AIDS. O molde do governo Bush para o livre comércio inclui uma proteção excessiva aos direitos da propriedade intelectual para fabricantes de remédios de forma a desfavorecer a produção de genéricos importantes que podem salvar vidas. Embora haja muitos obstáculos no caminho que leva aos remédios para a AIDS em qualquer dos países da SACU, é deplorável a atitude norte-americana de colocar ainda mais um diante dos regimes de tratamento numa região tão assolada por essa e outras doenças tratáveis.

Através de vários programas, pessoas vivendo com HIV/AIDS nos cinco países da SACU recebem remédios genéricos de primeira linha para o tratamento da AIDS. Com um acordo norte-americano para o livre comércio, admitindo-se que seu estilo seja o mesmo de outros ALCs, tais tratamentos não irão desaparecer mas em certo momento as pessoas que tomam esses remédios vão precisar de uma segunda geração de medicamentos contra o HIV, que custam de sete a vinte vezes mais que os de primeira linha atualmente disponíveis na forma de genéricos. Os dispositivos incluídos nas negociações do ALC de 2006 iriam provavelmente impedir a fabricação das drogas genéricas tão necessárias.

O primeiro vislumbre que a África do Sul teve do desvelado interesse próprio norte-americano se deu em 2000 quando 39 empresas do ramo farmacêutico ameaçaram processar o governo sul-africano por ter feito uma lei que daria ao país o direito de usar flexibilidades nas leis de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio para ter acesso a remédios necessários. Depois de muito debate público e noticiários desfavoráveis às empresas farmacêuticas envolvidas, o Presidente Clinton baixou portaria (reafirmada pelo Presidente Bush em seu primeiro mandato) determinando que os Estados Unidos não podem buscar nos países da África situados ao sul do Deserto do Sahara políticas referentes aos Direitos da Propriedade Intelectual que interfiram com o acesso a remédios usados por pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Se o ALC EUA-SACU tiver de fato o mesmo estofado de outros acordos de livre comércio assinados recentemente, o governo Bush estará “exibindo seu interesse próprio ao descumprir essa portaria em

busca de direitos da propriedade intelectual mais restritivos para a região”.

E ainda, já que as negociações dos acordos de livre comércio não são participados ao público, fica impossível conhecer todos os elementos que levaram os EUA e os países da SACU a deixarem de negociar um ALC abrangente para estabelecerem um TICA (*Trade Investment Cooperation Agreement* – Acordo de Cooperação para Investimento no Comércio) – o primeiro desse tipo. Ele se afasta da agenda do tudo ou nada e forma um mecanismo para a elaboração de programas de trabalho em áreas que poderiam chegar a memorandos de entendimento relativos ao que normalmente se inclui num ALC, como questões alfandegárias, facilitação do comércio e até propriedade intelectual. O objetivo principal parece ser o de levar os governos da SACU de volta para a mesa de negociações assim que estejam resolvidas as áreas de maior dificuldade.

A formação do TICA simboliza que o representante dos EUA para o comércio está admitindo que as negociações do ALC EUA-SACU estariam terminadas antes do vencimento da via rápida (*fast-track*). Em lugar de admitir a derrota, o escritório de representação dos EUA para o comércio está elaborando uma nova estratégia para manter as negociações em andamento. Caso a via rápida não for renovada, o TICA permitirá que o USTR continue com as negociações junto aos países do sul da África em prol de uma liberalização gradativa dos mercados e talvez sem aprovação do congresso. Mas se, por outro lado, ela for renovada, o TICA permitiria que o USTR continuasse negociando o ALC abrangente desejado num ritmo mais lento.

No mesmo dia que o ALC EUA-SACU foi demovido à condição de um TICA, solicitaram que o Embaixador Robert Portman deixasse seu cargo de Representante dos EUA para o Comércio (USTR) e assumisse o escritório da Casa Branca encarregado do orçamento. Talvez sinalizando uma mudança de prioridades políticas, possivelmente deixando o comércio em banho-maria, Bush então nomeou a Vice-representante dos EUA para Comércio Susan C. Schwab como a nova USTR. Schwab tem uma experiência considerável com comércio internacional mas não a garra política de Portman – sem a qual é difícil imaginar que venha a ter o que é preciso para “vender” a agenda do livre comércio e aprovar ALCs como aqueles firmados com o Peru e com a Colômbia antes do vencimento da via rápida em julho de 2007.

Noutros cantos do mundo parece que há outras partes interessadas em abrir o verbo acerca das promessas vazias desses acordos de livre comércio. Na semana do 14 de abril, o primeiro presidente indígena da Bolívia, Joan Eva Morales, lançou um “acordo para o comércio do povo” como

alternativa aos acordos de livre comércio que basicamente rejeita as bases daqueles que os EUA negociaram recentemente com o Peru e a Colômbia e também as da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – um acordo de comércio continental que está emperrado há três anos.

Aquela semana também marcou a perda do prazo que a Organização Mundial do Comércio tinha para concluir negociações com uma mini reunião ministerial no fim do mês. Foi, sem dúvida, uma grande semana para a justiça no comércio. À medida que vai se revelando o modelo de livre comércio, é importante demarcar os desafios que corroem e expõem a promessa vazia do desenvolvimento oculta na retórica que reveste o livre comércio.

Kathy McNeely é Analista de Políticas Públicas / Militante do Serviço Mundial das Igrejas e membro do Grupo de Trabalho dos EUA para Comércio e Investimento da Interfaith, e trabalha há oito anos em Washington com formação e incidência nas questões de justiça econômica, direitos humanos, paz e ecologia. Embora grande parte do trabalho que desenvolve em Washington seja específico da África, ela morou e trabalhou na América Central durante mais de seis anos.

Este artigo foi publicado primeiro na quarta-feira dia 03 de maio de 2006 pela CommonDreams.org.

A IGTN EM AÇÃO

4ª Reunião de Cúpula com Chefes de Estado da América Latina, Europa & Caribe e o Encontro Social: Conectando Alternativas 2

Fabiana Comparato – Secretariado da IGTN, maio de 2006

Pela quarta vez desde 1999, uma Reunião de Cúpula entre os Chefes de Estado da América Latina & Caribe (ALC) e da União Européia (UE), será realizada em Viena entre os dias 10 e 13 de maio de 2006. Trata-se do encontro político de mais alto nível entre os dois continentes.

Paralelamente ao evento oficial, os movimentos sociais, as organizações não governamentais e os representantes da sociedade civil de Europa, América Latina e Caribe também estarão organizando um fórum chamado “**Conectando Alternativas 2**” (ou EA2, a sigla em espanhol).

“**Conectando Alternativas 2**” foi concebido a partir da compreensão mútua de que é necessário criar-se um espaço para mobilização política bi-regional, para a articulação de formas alternativas de desenvolvimento, para expor e resistir as políticas

neoliberais que grassam em ambos os continentes e de que é também necessário encorajar a formação de espaços conjuntos de análise sobre as relações UE-ALC.

Durante os quatro dias desse Fórum Social realizado em Viena, afora as questões sobre os acordos entre a UE e a ALC e sobre as políticas de desenvolvimento e militarização em ambos os continentes que serão levantadas, também haverá um **Tribunal Popular para as Transnacionais Européias**, fazendo um levantamento do poderio dessas empresas na ALC.

A IGTN estará envolvida diretamente no Fórum Social juntamente com o Instituto EQÛIT (Gênero, Economia e Cidadania) e a IGTN-Europa através da WIDE (Mulheres no Desenvolvimento - Europa) em colaboração com a Fundação Búlgara de Pesquisa e Gênero (BGRF) apresentando a atividade: *Os impactos que a comercialização / privatização da água terá sobre o gênero.*

Uma das atividades do **Tribunal Popular** será uma apresentação da IGTN em conjunto com a REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) e o Instituto EQÛIT sobre a privatização dos serviços de distribuição da água e de esgotos em Manaus, na Região Amazônica brasileira.

Para obter maiores informações sobre as atividades, datas e entidades envolvidas no fórum “Conectando Alternativas 2”, as articulações do Tribunal Popular e os detalhes da Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado da ALC & UE, queira consultar o site mantido na Internet pelo Capítulo Latino-americano da IGTN:

www.generoycomercio.org,

que estará monitorando de perto e participando dos eventos; e/ou o site oficial do “Enlazando Alternativas 2”

www.alternativas.at .

Um Outro Mundo é Possível

Maria Riley – USGTN, março de 2006.

Uma apresentação por Maria Riley, do Center of Concern (COC), dada ainda este ano tanto em Seattle quanto em Portland sobre o processo histórico da globalização e liberalização do Comércio Internacional. Os efeitos das políticas neoliberais sobre a integração da economia global, os méritos e deméritos da globalização em relação aos caminhos do desenvolvimento sustentável e social em todo o mundo, e as alternativas para o pauta feminista.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/682/1>

Comentários acerca do Fórum Ecumênico das Mulheres sobre o Comércio que Promove a Vida
Liepollo Lebohng Pheko – GENTA, dezembro de 2005.

Os comentários tecem uma breve análise crítica do Acordo sobre Agricultura (AoA) da OMC e seu impacto sobre a economia local dos países em desenvolvimento. Destacam como é importante para os países do sul e como eles dependem da agricultura e do setor agrícola, o que reflete uma necessidade de se reavaliar e re-estruturar os atuais acordos de comércio internacional para a preservação da soberania nacional e da segurança alimentar.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/680/1>

RECURSOS DE GÊNERO E COMÉRCIO

A responsabilidade da UE na OMC: Meio Ambiente, Gênero e Desenvolvimento
WIDE e Amigos da Terra

Um novo relatório da organização Amigos da Terra Europa e Mulheres no Desenvolvimento Europa (WIDE) aborda as políticas da UE para o comércio incoerentes com a justiça social e de gênero, e ainda com a sustentabilidade ambiental. O relatório analisa a posição da UE na 6ª Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong em dezembro de 2005 e nas negociações que continuam em andamento. Destacam-se questões relativas à venda dos recursos naturais, à importância da soberania alimentar dos povos, à dimensão de gênero da agenda do comércio, e à biossegurança, enfocando as negociações da OMC na agricultura (AoA), no acesso a mercados não agrícolas (NAMA), nos serviços (GATS) etc.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/686/1>

Desemprego Devido ao Comércio: Uma Análise de Gênero

Ramya M. Vijaya – Richard Stockton College e USGTN, abril de 2006

Este trabalho de pesquisa avalia os vieses de gênero nas mudanças empregatícias relacionadas com o comércio na indústria manufatureira dos EUA. Eis que os padrões vigentes de segregação ocupacional asseguram que as trabalhadoras sejam mais vulneráveis às inseguranças geradas pelo comércio. A pesquisa também revelou que os padrões de segregação diminuem as probabilidades das mulheres se beneficiarem do potencial de ganhos que o comércio traz. Nós acreditamos que o

porte deste viés ora apresentado deveria servir de motivação para se fazer, a partir da ótica do gênero, uma avaliação da eficácia dos programas de compensação e ajuste empregatícios relativos ao comércio.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/684/1>

Gênero e Comércio nos EUA: Montando uma Agenda de Pesquisa

Smriti Rao – Bates College e USGTN, fevereiro de 2006.

Este trabalho estuda um pouco da literatura existente sobre os efeitos que as políticas de liberalização têm sobre as questões de gênero nos Estados Unidos para argumentar que existe uma necessidade urgente de mais pesquisa neste campo. Existem lacunas significativas em nosso conhecimento acerca dos impactos de gênero causados no próprio âmbito doméstico pelas políticas que os EUA defendem em âmbito global. Ao contrário da transversalização cada vez maior das análises feitas pela ótica do gênero das políticas econômicas no mundo em desenvolvimento, dentro dos EUA é insuficiente a atenção dada à maneira como os custos e os benefícios de tais políticas se determina a partir de relações sociais de gênero e das desigualdades sistemáticas que surgem como resultado. É fundamental haver pesquisas que destaquem tais questões para que possamos formar alianças feministas transnacionais voltadas para chegarmos a processos e desfechos da formulação de políticas econômicas que sejam mais equitativos.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/677/1>.

Identificando uma Visão Alternativa para a Integração Regional nas Américas

Alexandra Spielloch – USGTN, janeiro de 2006

Alexandra Spielloch do Center of Concer (COC) preparou um relatório sucinto para ser distribuído na reunião sobre Comércio e Finanças realizado em Lima, Peru, em outubro de 2005. É uma avaliação dos diferentes caminhos que levem à integração regional nas Américas, os mecanismos de formulação de políticas e a necessidade de fazer um apanhado da maneira como a liberalização está sendo empurrada para cima da região da América Latina e do Caribe. Destaca a importância de reafirmar as questões sociais, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável ao tratarmos dessas questões.

Disponível em <http://www.igtn.org/page/683/1>

HÁ MAIS RECURSOS DISPONÍVEIS NA BIBLIOTCA DA IGTN!

<http://www.igtn.org/page/search>

To receive the IGTN Monthly Bulletin by email please write to secretariat@igtn.org with "subscribe" in the subject line and your name and organization in the body of the message. To read past Bulletins go to the IGTN website: <http://www.igtn.org/page/bulletins/>.

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para

secretariat@igtn.org e coloque "assinar" na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN:

www.igtn.org/page/bulletins/.

Boletim compilado por: Fabiana Comparato
(Encarregada de Comunicações – Secretariado da IGTN)